



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXVIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2024

PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NO SUS NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA: FACILIDADES, DIFICULDADES E PERSPECTIVAS PARA SUA IMPLANTAÇÃO

Tesildo Mascarenhas Pereira¹; Luciane Cristina Feltrin de Oliveira²

1. Bolsista – Modalidade Bolsa/PVIC, Graduando em Farmácia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: teomascarenhas@gmail.com
2. Orientador, Departamento de Saúde, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: lcfoliveira@uefs.br

PALAVRAS-CHAVE: PICs; Medicina Integrativa; Medicina Alternativa; SUS.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), desde 2006, incorpora as Medicinas Tradicionais e Complementares no Sistema Único de Saúde (SUS) e fomenta a inserção dessas terapias pelos municípios (ALVES, 2019). Segundo Guimarães (2020), as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) são um conjunto de técnicas e terapias não convencionais complementares ou alternativas, que tem como finalidade a ação curativa do paciente enfermo. Segundo Mendes (2019), entre os benefícios das práticas integrativas estão o relaxamento e bem estar, alívio da dor e da ansiedade, diminuição de sinais e sintomas de doenças, maior contato entre profissional de saúde e paciente, redução do uso de medicamentos, fortalecimento do sistema imunológico, melhoria da qualidade de vida e diminuição de reações adversas. Assim, este trabalho teve como objetivo: Analisar as dificuldades, facilidades e perspectivas para a implantação das práticas integrativas e complementares no município; Analisar o grau de conhecimento e aceitabilidade dos gestores e trabalhadores de saúde sobre as práticas integrativas e complementares; Identificar as possibilidades, de acordo com as características locais, para a efetivação das práticas integrativas e complementares; Descrever a capacidade de disponibilização de recursos para efetivação das práticas integrativas e complementares, com foco na aceitação e no conhecimento dos gestores de saúde. A escolha deste tema se justifica pela crescente demanda por práticas integrativas e pela importância de garantir que sua implementação ocorra de maneira sustentável e eficaz dentro do SUS. O estudo pretende contribuir para o desenvolvimento de estratégias que melhorem a aplicação dessas práticas na atenção básica à saúde.

MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA (ou equivalente)

Trata-se de um estudo qualitativo fundamentado na compreensão, na inteligibilidade dos fenômenos sociais, no significado e na intencionalidade que lhe atribuem os atores, sendo importante para que possamos chegar o mais próximo da realidade do objeto estudado e assim capturar a subjetividade dos sujeitos envolvidos (MINAYO, 2010). O estudo foi realizado na Secretaria Municipal de Saúde de Feira de Santana-BA, que possui uma população estimada em 624.107 habitantes (IBGE, 2021). O município foi selecionado

por ser a maior cidade do interior da Bahia e ser sede da Universidade Estadual de Feira de Santana. Os participantes foram gestores de saúde do município, entre eles coordenadores da atenção básica à saúde e gestores envolvidos com o planejamento de políticas de saúde do município, foi usado o método de bola de neve para a aproximação a outros gestores indicados pelos entrevistados ao longo da pesquisa. As técnicas de coletas de dados empregadas foram a entrevista semiestruturada e a análise documental. A entrevista semiestruturada foi utilizada, uma vez que alterna entre questões fechadas e abertas, sendo que as últimas permitem que os participantes discorram sobre o objeto de estudo, sem condições pré-fixadas pelo pesquisador (MINAYO, 2010). O método de análise de dados foi a análise de conteúdo temática de Minayo (2010), que desdobrou-se nas etapas pré-análise, exploração do material ou codificação e tratamento dos resultados obtidos/interpretação. Durante a etapa da exploração do material, buscou-se encontrar categorias que são expressões ou palavras significativas em função das quais o conteúdo de uma fala é organizado. A categorização, para Minayo (2010), consiste num processo de redução do texto às palavras e expressões significativas. Por se tratar de uma pesquisa envolvendo seres humanos, esta obedeceu à Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012, do Ministério da Saúde (BRASIL, 2012), que estabelece as diretrizes e normas regulamentadoras das pesquisas envolvendo seres humanos.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO (ou Análise e discussão dos resultados)

RESULTADOS ALCANÇADOS E DISCUSSÃO

O primeiro objetivo deste estudo foi analisar o grau de conhecimento e aceitabilidade dos gestores e trabalhadores de saúde sobre essas práticas. Constatamos que, embora os gestores de saúde não compreendam completamente ou tecnicamente o conceito de Práticas Integrativas e Complementares, todos se mostraram favoráveis à sua implementação no município. Entretanto, essa falta de conhecimento técnico por parte dos gestores pode representar um desafio para a adoção eficaz dessas práticas, uma vez que a implementação adequada depende de uma compreensão profunda do que são as PICs e de seu uso correto no sistema de saúde. Durante a pesquisa, foi constatado que diversos procedimentos e práticas, como Massoterapia, Liberação Miofascial e Passe Magnético, estão sendo realizados no município como PICs. Entretanto, essas atividades não podem ser oficialmente consideradas PICs, uma vez que não estão descritas na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), sendo classificadas apenas como Terapias não Convencionais (TnC). Essa confusão na conceituação e categorização das PICs pode gerar mal-entendidos sobre o que realmente constitui uma PIC no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS) e comprometer a efetivação do acesso da população a essas terapias. Ademais, a análise do Plano Municipal de implantação das PICs, documento existente desde 2018 e que foi criado devido a demandas que emergiram da sociedade civil via Conselho Municipal de Saúde, mostra que existem intenções de implantação da PNPIC pela gestão municipal, porém até agora elas não saíram do papel. O segundo objetivo visava identificar as possibilidades para a efetivação das PICs de acordo com as características locais, foi possível perceber que as práticas que não exigem grandes investimentos em insumos, equipamentos ou infraestrutura têm maior viabilidade. Portanto, práticas como Acupuntura, Reiki e Cromoterapia foram identificadas como opções viáveis. Entre essas, a Acupuntura tem uma aceitação local maior, uma vez que já é praticada em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) do município. Essa aceitação demonstra que práticas com menor custo e que demandam menos ajustes estruturais são mais facilmente inseridas no sistema de saúde municipal. O terceiro objetivo buscava descrever a capacidade de disponibilização de recursos para a efetivação das PICs. Neste aspecto, foi constatado que o município de Feira de Santana não recebe financiamento específico do governo federal para a execução das PICs, nem dispõe de recursos próprios para essa finalidade. A ausência de

financiamento para a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PNPIC) limita a capacidade de expansão e consolidação das PICs, já que os gestores não dispõem de fundos específicos para investir em treinamento, capacitação e aquisição de insumos. Entretanto, sem recursos dedicados, há uma dependência de financiamentos complementares ou ajustes orçamentários que podem não priorizar as PICs, o que dificulta sua inserção no sistema público de saúde. Portanto, a falta de verbas regulares compromete a sustentabilidade dessas práticas, prejudicando a continuidade dos serviços e a manutenção de materiais e profissionais capacitados. Ademais, sem um financiamento constante, há o risco de uma implementação desigual das PICs, levando a uma oferta fragmentada e a desigualdade de acesso entre diferentes regiões do município, o que limita o acesso à Medicina Complementar Alternativa (MCA).

CONSIDERAÇÕES FINAIS (ou Conclusão)

Portanto, apesar do interesse dos gestores e das possibilidades locais para a implementação das Práticas Integrativas e Complementares PICs em Feira de Santana, a falta de conhecimento técnico, financiamento específico e a não efetivação do Plano Municipal das PICs desde 2018 representam obstáculos significativos. Além disso, a confusão entre PICs e Terapias não Convencionais reforça a necessidade de maior clareza e capacitação para uma implantação eficaz e alinhada às diretrizes da PNPIC.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. B. M; QUERINO, Rosimár Alves. PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES DE SAÚDE EM UBERLÂNDIA, MINAS GERAIS: O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO NA PERSPECTIVA DOS TRABALHADORES. **Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, Uberlândia, v. 15, n. 1, p. 149-163, out./2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/46912/27326>. Acesso em: 17 set. 2024.

BRASIL. **Resolução/CONEP** n^o466 de 12 de dezembro de 2002. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

BRASIL. **Portaria/PNPIC** n^o971, de 3 de maio de 2006. Dispõe sobre a aprovação da política nacional das práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde.

BRASIL, Diagnóstico Situacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS. 2008.

BRASIL, 2012. Cadernos de Atenção Básica: Práticas Integrativas e Complementares – Plantas Medicinais e Fitoterapia na Atenção Básica. Ministério da Saúde, Brasília, 2012.

MEDICINAS tradicionais, complementares e integrativas. *In*: Medicinas tradicionais, complementares e integrativas. Brasil: OPAS, 23 set. 2018. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/medicinas-tradicionais-complementares-e-integrativas>. Acesso em: 17 set. 2024.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 2010.

OMS, Estrategía de la OMS sobre medicina tradicional 2002–2005. Ginebra, 2002.

SANTANA, J. S. S. **Pesquisa**: técnicas de conhecimento da realidade social. Feira de Santana: UEFS, 2006.